

**ACADEMIA MILITAR DAS AGULHAS NEGRAS
ACADEMIA REAL MILITAR (1811)
CURSO DE CIÊNCIAS MILITARES**

Leonardo Omena Sampaio

**FATORES DE ÊXITO DAS TROPAS REGULARES EM UMA OPERAÇÃO
CONTRA FORÇAS IRREGULARES**

**Resende
2020**

Leonardo Omena Sampaio

**FATORES DE ÊXITO DAS TROPAS REGULARES EM UMA OPERAÇÃO
CONTRA FORÇAS IRREGULARES**

Monografia apresentada ao
Curso de Graduação em
Ciências Militares, da Academia
Militar das Agulhas Negras
(AMAN, RJ), como requisito
parcial para obtenção do título
de **Bacharel em Ciências
Militares.**

Orientador: Alan Lopes Melinger.

Resende
2020

Leonardo Omena Sampaio

**FATORES DE ÊXITO DAS TROPAS REGULARES EM UMA OPERAÇÃO
CONTRA FORÇAS IRREGULARES**

Monografia apresentada ao Curso de Graduação em Ciências Militares, da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN, RJ), como requisito parcial para obtenção do título de **Bacharel em Ciências Militares**.

Aprovado em _____ de _____ de 2020.

Banca examinadora:

Alan Lopes Mellinger – Maj
(Presidente/Orientador)

Emmanuel Merlin Pinheiro – Cap

Danilo Flamarion Mendes da Costa Moraes Varjão – Cap

Resende
2020

Dedico este trabalho à minha família, a qual esteve sempre ao meu lado apoiando em todos os momentos, de modo a permitir esta conquista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e meu irmão por terem dado a mim o suporte necessário para vencer o período acadêmico. Ao Maj Mellinger, pela paciência, pelos ensinamentos e pelo empenho dedicado para que fosse possível a conclusão da pesquisa.

Por fim, agradeço aos meus companheiros de turma, que sempre estiveram comigo, e sempre me auxiliaram ao longo de todos os anos de formação.

RESUMO

FATORES DE ÊXITO DAS TROPAS REGULARES EM UMA OPERAÇÃO CONTRA FORÇAS IRREGULARES

AUTOR: Leonardo Omena Sampaio

ORIENTADOR: Alan Lopes Mellinger

Em decorrência das revoluções industriais, as forças armadas moldaram-se de modo a fazer uso maciço das inovações tecnológicas provenientes da época. Atualizando sua doutrina baseadas na crença de que para a obtenção da vitória na guerra era basilar que se possuísse a soberania industrial em relação ao inimigo e conseqüentemente tivesse disponível em combate a superioridade de meios bélicos. Surgindo então a Guerra Industrial. No entanto, a partir do fim da 2ª Guerra Mundial, pôde-se perceber uma transformação na estrutura da guerra, decorrente do surgimento de uma nova geração da guerra moderna, a 4ª. Na qual há uma predominância da guerra irregular sobre a convencional, e em que o poderio bélico decorrente da capacidade industrial de um Estado perdeu importância para a conquista dos “corações e mentes” da população. Contudo, a evolução dos exércitos estatais inseridos neste tipo de conflito não acompanhou tal mudança estrutural. Presos à rigidez das técnicas, táticas e procedimentos presentes nos manuais de campanha da época, subestimando o inimigo e; cientes de que as guerras irregulares eram apenas um fenômeno efêmero, desprezaram a necessidade de atualização da doutrina militar, voltando-se apenas à dimensão física da guerra. Conseqüentemente, combatendo com posturas antiquadas de gerações passadas da guerra, não atuando com foco em todas as dimensões, desprezando as características específicas da guerra em combate, em especial as não militares, apesar de terem dominado o oponente fisicamente, houve na segunda metade do século XX, quase que exclusivamente a derrota das forças armadas estatais. Sabendo disso, este trabalho tem por objetivo compreender as características de uma guerra irregular e desta forma indentificar a doutrina militar correta para que a força regular possa vencê-la. Para levantar dados voltados para o objetivo do trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso. Sendo através destes possível a percepção da predileção estatal em empregar suas forças armadas em uma doutrina direcionada para a guerra industrial, em detrimento a atualização de sua doutrina para que esta adeque-se à realidade da guerra de 4ª geração. Sendo assim, com esta pesquisa foi possível compreender a necessidade da evolução das doutrinas militares outrora voltadas para a Guerra Industrial para a Guerra no Meio do Povo, típica da Era da Informação.

Palavras-chave: 4ª Geração da Guerra Moderna; Guerra no Meio do Povo; Guerra Irregular; Guerra na Era da Informação.

ABSTRACT

REGULAR TROOPS' SUCCESS FACTORS IN AN OPERATION AGAINST UNCONVENTIONAL FORCES

AUTHOR: Leonardo Omena Sampaio

SUPERVISOR: Alan Lopes Mellinger

In consequence of the industrial revolutions, the armed forces have structured themselves to employ a wide use of the technological innovations from the time. Updating its' doctrine based on the creed that to obtain the victory in the war, was crucial the possession of the industrial sovereignty in relation to the enemy, therefore warlike material available in combat as well, by consequence creating the industrial war. Although, from the end of the World War 2, it is noticeable a transformation in the frame of war, due to the arise of a new generation of the modern war, the 4th. Which has the predominance of the unconventional warfare over the conventional one, and which the warlike power resulting from the State's industrial capability has lost value to the conquest of the "hearts and minds" of the populace. However, the evolution of the State's armies inserted in this sort of conflict have not accompanied such structural change. Stuck to the hardness of the techniques, tactics and procedures present in the field manuals of the time, underestimating the enemy and; believers that irregular warfare was only an ephemeral phenomenon, they despised the necessity of the military's doctrine update, limiting themselves to the physical dimension. Consequently, combating with outdated attitudes of the previous generation of war, without act focusing in every dimensions of war, despising the specifics characteristics of the war they were engaged, in particular the non-military ones, despite of dominating the opponent physically, there was in the second half of the 20th century, almost exclusively, the defeat of the state's armed forces. Understanding that, this work has the objective of comprehending the characteristics of an unconventional war, and consequently identify the correct military doctrine in such way that the regular force might win. So, to gather data to the work's objective, a bibliographic research was carried out so as a case study of the Malayan Emergency. Through this, being possible the realization of the State's predilection in employing its' armed forces with a doctrine directed to the industrial war, at the expense of the updating of its' doctrine to the reality of the 4th generation one. Thus, with this research, was possible comprehend the necessity of the evolution of the military doctrine from the industrial warfare to the war among the people, typical of the information age.

Keywords: 4th Generation of the modern war; War among the people; Unconventional Warfare; War in the Information Age.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	OBJETIVOS	10
1.1.1	Objetivo geral	10
1.1.2	Objetivos específicos	10
2	REFERENCIAL TEÓRICO	11
2.1	AS GERAÇÕES DA GUERRA MODERNA	11
2.2	A GUERRA IRREGULAR E SUAS CATEGORIAS	12
2.3	AS DIMENSÕES DA GUERRA	14
2.4	AS CARACTERÍSTICAS DA GUERRA DE 4ª GERAÇÃO.....	15
2.4.1	Ausência do Estado como base para o surgimento de uma força irregular	15
2.4.2	As dimensões da guerra na 4ª geração	17
2.4.3	Presença da mídia e ONGs	20
2.5	MÉTODO DE ATUAÇÃO DE UMA FORÇA IRREGULAR	22
2.6	VENCENDO UMA GUERRA IRREGULAR	23
2.6.1	Interpretação correta da guerra	23
2.6.2	O emprego das operações contra forças irregulares	24
2.6.3	O ciclo das dimensões nas operações	25
2.6.3.1	Atuação na dimensão humana dentro do ciclo das dimensões.....	26
2.6.3.2	Atuação na dimensão informacional dentro do ciclo das dimensões	28
2.6.3.3	Atuação na dimensão física dentro do ciclo das dimensões.....	30
2.6.3.4	O processo decisório no ciclo das dimensões.....	32
3	REFERENCIAL METODOLÓGICO	34
3.1	TIPOS DE PESQUISA.....	34
3.2	MÉTODOS	34
3.2.1	Pesquisa bibliográfica	34
3.2.2	Estudo de caso	34
4	ESTUDO DE CASO	35
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	41
	REFERÊNCIAS	46

1 INTRODUÇÃO

Ao longo da história, comandantes militares identificaram oportunidades de melhoria em suas forças armadas, atualizando então a doutrina militar de suas tropas, muita das vezes apoiados pelo surgimento de novas tecnologias, para assim deter a superioridade no combate e por conseguinte, subjugar o inimigo na guerra. Diante de uma evolução doutrinária vitoriosa, não apenas o exército derrotado, mas também outros que observaram e analisaram o combate passam a adotar tais evoluções exitosas em suas próprias forças, para assim equiparar seu poder de combate com aquele que as desenvolveram. No entanto, conforme Nagl (2010, p. 16, tradução nossa), “Organizações militares quase sempre demonstram uma marcante resistência à mudanças doutrinárias, como resultado das suas culturas organizacionais”. Sendo assim, as forças armadas demonstram ter como característica uma difícil aceitação de novas ideias, o que faz com que mudanças radicais na doutrina sejam mal vistas, impedindo então muitas vezes a adaptação ao combate, seja um possível conflito ou até mesmo um que já está ocorrendo, de modo que as forças militares atuem de forma inadequada, sendo assim derrotadas.

Como consequência das duas primeiras revoluções industriais, ocorreu a introdução e o aprimoramento das máquinas, o que fez com que a indústria tivesse a capacidade de prover uma maior quantidade de produtos manufaturados, que mostraram fazer a diferença na guerra. Sendo assim, para obter a máxima vantagem desta revolução, os países começaram a desenvolver sua indústria bélica, voltando muito das suas capacidades industriais para a guerra, desenvolvendo-se então a mentalidade de que para a vitória, faz-se necessário o emprego superior de tecnologias, sendo desde o poder de fogo dos canhões da artilharia de campanha, o uso de uma maior rede telegráfica maximizando o comando e controle à ferrovias para o transporte de tropas e suprimentos diretamente para a linha de frente, formando então a guerra na era industrial ou a guerra de 2ª geração. Conforme Smith (2008, p. 90, tradução nossa) “A Guerra da Secessão estabeleceu o modo americano de guerra: o claro entendimento de que a habilidade industrial decide a guerra.”

As vantagens em combate da União sobre os Confederados na Guerra da Secessão obtidas pela sua superioridade industrial mostraram-se decisivas na guerra, sendo tais vantagens observadas pelos diversos exércitos do mundo, que buscaram adaptar sua doutrina de modo a obtê-las. Segundo Smith (2008) a Guerra da Secessão tornou-se um marco na evolução da guerra industrial entre estados, devido a sua influência na doutrina bélica americana e ao enorme impacto na evolução da guerra total na Europa. De modo que mesmo

vários anos depois, nas 2 guerras mundiais, houve o auge da guerra industrial. Após a 2ª Guerra Mundial, as forças armadas de um modo geral internalizaram a ideia de que uma guerra consistia em batalhas entre Estados, em que vencia aquele com maior potencial tecnológico. Porém, com o surgimento da Guerra Fria, a batalha contra grupos armados não estatais prevaleceu, contudo os exércitos regulares não adaptaram-se a essa realidade. De acordo com Smith (2008, p. 7, tradução nossa) “políticos e soldados continuam pensando em termos do velho paradigma [o paradigma da guerra industrial] e tentando usar suas configuradas forças convencionais para esse fim [a guerra no meio do povo], enquanto o inimigo e a batalha mudaram.”

Sendo assim, quais são as características de uma força irregular e dos conflitos os quais estas travam, bem como, como deve ser a doutrina do exército regular para se alcançar o êxito em uma guerra de 4ª geração?

Tendo por base tais questionamentos, este trabalho busca analisar guerras passadas de 4ª geração, de modo a verificar a forma de atuação das forças irregulares bem como a resposta das forças regulares, a fim de elencar os princípios vitais para a vitória da tropa regular neste tipo de guerra.

Esta pesquisa justifica-se por auxiliar o nível tático, para que quando de frente a um conflito irregular, um exército regular não cometa os mesmos erros, evitáveis, mas que foram ignorados e conduziram a desastrosas derrotas das forças de contra insurgência no passado.

1.1 OBJETIVOS

1.1.1 Objetivo geral

Identificar os fatores de êxito de um exército regular em uma campanha contra uma força irregular.

1.1.2 Objetivos específicos

Compreender as gerações da guerra moderna;

Compreender o que é uma guerra irregular e seus tipos;

Compreender as características de uma guerra irregular;

Identificar os princípios de uma força irregular;

Identificar os fundamentos vitais para a vitória em uma guerra irregular.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 AS GERAÇÕES DA GUERRA MODERNA

As guerras da história moderna podem ser agrupadas por padrões de técnicas, táticas e procedimentos as quais prevaleceram em dada época e que eram a base das manobras militares. Até que algum homem, militar ou não, enxergou uma possibilidade de vencer o inimigo fazendo o uso de novas estratégias militares, normalmente ligadas a inovações tecnológicas da época, de modo a superar a estagnação doutrinária em que estavam inseridos, tornando a geração anterior ultrapassada.

Segundo Lind (2004), a guerra moderna divide-se em 4 gerações. A primeira compreende do período pós paz de vestfália, que cessou a Guerra dos Trinta Anos, de modo que a partir desse momento, o Estado passou a exercer o monopólio da guerra, visto que anteriormente outras entidades guerreavam entre si, como famílias, cidades e tribos. As batalhas nessa geração eram travadas por meio de táticas de fileiras e colunas, de modo a existir uma formalidade no campo de batalha. A relevância desta geração é o surgimento de uma cultura de ordem no militarismo, com criações para distinguir os militares dos civis, como uniforme, a continência e posto/graduações.

Em decorrência da crescente desordem do campo de batalha devido ao advento de exércitos de massa, novos armamentos a exemplo da metralhadora, e com soldados que de fato desejavam lutar, a doutrina de fileiras e colunas tornou-se obsoleta, de modo que a cultura de ordem passou a entrar em desacordo com as características do combate. De acordo com Lind (2004), como forma de solucionar as contradições bélicas da geração anterior, foi criada pelo exército francês durante e após a 1ª Guerra Mundial a doutrina baseada no atrito, em que se faz presente o emprego de poder de fogo em massa, em sua maioria, fogos indiretos de artilharia, cujo controle central era cuidadosamente sincronizado por um general, usando planos e ordens específicos. Deste modo, a iniciativa era repudiada uma vez que esta colocava em perigo a sincronização e, entrava em conflito com a padronização de regras, processos e procedimentos, formando-se então a 2ª geração da guerra moderna.

Conforme Lind (2004), visando superar a estagnação da guerra de trincheiras da 1ª Guerra Mundial, foi desenvolvida pelo Exército Alemão a *Blitzkrieg*, em português guerra relâmpago. Esta nova doutrina desenvolvida pelos alemães, também conhecida como guerra de manobra desenvolveu a 3ª geração da guerra moderna, que é baseada não em atrito e poder de fogo, mas em velocidade e surpresa. Taticamente, o ataque realizado nesta geração busca a

retaguarda do inimigo, de modo a fazê-lo entrar em colapso da retaguarda para a linha de frente.

A cultura militar também se alterou. A iniciativa passa a ser mais importante que a obediência, bem como o foco das operações militares sai do total seguimento de processos e métodos e passa a ser a situação, o inimigo e o resultado que a situação requer, de modo que uma ordem era específica em relação ao objetivo a ser conquistado, mas não em relação ao método para conquistá-lo.

Na 4ª geração da guerra moderna, segundo Lind (2004), características como a descentralização e a iniciativa permanecem operantes. No entanto, o Estado perdeu o monopólio da guerra, de maneira que nesta geração o Estado vê-se enfrentando oponentes não estatais, ou seja vê-se em uma guerra irregular, sendo quase que exclusivamente, os Estados foram derrotados neste tipo de guerra. Faz-se presente também uma crise universal de legitimidade do Estado, e essa crise significa que muitos países vão desenvolver uma guerra de 4ª geração no próprio solo.

As operações inseridas na guerra de 4ª geração ocorrem no contexto da era da informação, a qual por meio de seus meios digitais em massa, interfere no combate em consequência do compartilhamento de informações a nível global de forma instantânea. Segundo Pena (2018?), a era da informação representa as técnicas de processo de produção e transformação do espaço geográfico, bem como o modo de viver da sociedade, moldados a partir das técnicas digitais, que tem por consequência o encurtamento das distâncias e a acelerada transformação tecnológica

2.2 A GUERRA IRREGULAR E SUAS CATEGORIAS

A tradicional forma de guerra até a 3ª geração da guerra moderna foi a guerra regular, sendo a guerra irregular um “Conflito armado entre Estados ou coligação de Estados no qual as operações militares são executadas, predominantemente, por forças regulares.” (BRASIL, 2006). No entanto, na 4ª geração a guerra irregular, com diversos tipos de atuação e objetivos, passa a exercer a supremacia na guerra.

Segundo Visacro (2009), força regular é uma força que dispõe de organização militar formal e, sobretudo, de legitimidade jurídica institucional. Já a força irregular é aquela que não dispõe tais características. A guerra irregular consiste em uma guerra travada por uma força não regular. As operações de contra insurgência realizadas pelas forças regulares são denominadas operações contra forças irregulares. Segundo Brasil (2017):

[As operações contra forças irregulares] Compreendem um conjunto abrangente de esforços integrados (civis e militares) desencadeados para derrotar forças irregulares (caracterizadas por organização não institucionalizada), nacionais ou estrangeiras, dentro ou fora do território nacional.

O caráter não estatal das forças irregulares, as quais lutam contra um elemento consideravelmente mais poderoso, pelo menos no aspecto militar, são fatos existentes na guerra irregular, ou guerra de 4ª geração. No entanto, seus objetivos e os modos de alcançá-los são os mais diversos. Sendo assim, Visacro (2009) categoriza os conflitos irregulares de quatro modos, são eles: a subversão, a guerra de guerrilha, o terrorismo e a sabotagem.

A subversão segundo Visacro (2009, p. 259) “busca, basicamente, agravar dissensões sociais preexistentes e cristalizar aspirações de mudanças no seio da sociedade, desestabilizando o poder central e o próprio modelo de Estado”. Além disso, a subversão busca ao mesmo tempo em que enfraquece a estrutura do governo, difundir a ideologia da sua organização militante perante a sociedade. (VISACRO, 2009).

A guerra de guerrilha é uma “forma de guerra irregular que abrange as operações de combate e todas as atividades de apoio correlatas” (VISACRO, 2009, p. 260), conforme Visacro (2009) a guerra de guerrilha compreende a incursões, emboscadas, ações de propaganda armada, operações de inquietação, destruição e eliminação. Segundo Nagl (2002), o princípio essencial da guerra de guerrilha é evitar as forças principais do inimigo, enquanto ataca postos avançados e o suporte logístico deste, a partir de direções inesperadas.

O terrorismo é a “violência premeditada e politicamente motivada perpetrada contra alvos não combatentes, por grupos subnacionais ou agentes clandestinos, normalmente com a intenção de influenciar um público alvo” (VISACRO, 2009, p. 261). Sendo assim este difere-se por exemplo do quadrilhas que praticam o tráfico de drogas, uma vez que a violência decorrente de suas ações visam apenas o lucro e não um objetivo político.

Por último a sabotagem, que caracteriza-se por:

Qualquer ação sub-reptícia, ativa ou passiva, direta ou indireta, destinada a perturbar, interferir, causar dano, destruir ou comprometer o funcionamento normal de diferentes sistemas nos campos político, econômico, científico-tecnológico, psicossocial e militar. (VISACRO, 2009, p. 261).

De acordo com Visacro (2009) a sabotagem, tal qual o terrorismo, podem ser vistos como recurso operacional empregado na subversão ou guerra de guerrilhas.

2.3 AS DIMENSÕES DA GUERRA

Em uma guerra, faz-se presente 4 níveis de condução da guerra, nível político, estratégico, operacional e tático. Sendo assim, Cabe ao nível político:

O estabelecimento dos objetivos políticos de guerra, a celebração de alianças, a formulação de diretrizes para as ações estratégicas de cada campo do Poder Nacional, a definição das limitações ao emprego dos meios militares, ao uso do espaço geográfico, ao direito internacional e aos acordos a serem respeitados (BRASIL, 2007).

O nível estratégico:

Transforma os condicionamentos e as diretrizes políticas em ações estratégicas, voltadas para os ambientes externo e interno, a serem desenvolvidas setorialmente pelos diversos ministérios, de maneira coordenada com as ações da expressão militar (expressão prevaente). Este nível se desdobra em todos os setores da vida nacional (BRASIL, 2007).

No nível operacional “é elaborado o planejamento militar das campanhas e realizada a condução das operações requeridas pela guerra, em conformidade com a estratégia estabelecida” (BRASIL, 2007).

No nível tático:

Empregam-se frações de forças militares, organizadas segundo características e capacidades próprias, para conquistar objetivos operacionais ou para cumprir missões. Nesse nível, ocorrem enfrentamentos entre forças oponentes e são utilizados procedimentos padronizados e técnicas associadas ao adestramento e à liderança dos chefes militares. (BRASIL, 2007).

Na guerra, além dos níveis de condução existem dimensões inerentes às operações e ao processo decisório, sendo a dimensão física, humana e informacional.

Segundo Brasil (2014), a dimensão física, a qual diz respeito ao espectro tangível da guerra, com enfoque no terreno, nas condições meteorológicas e no inimigo propriamente dito; a dimensão humana, a qual compreende os elementos relacionados às estruturas sociais, seus comportamentos e interesses, normalmente geradores do conflito. Nesse contexto, a análise do terreno humano; já a dimensão informacional é o conjunto de indivíduos, organizações e sistemas no qual tomadores de decisão são utilizados para obter, produzir, difundir e atuar sobre a informação.

Ademais, o Coronel americano John Boyd definiu as dimensões da guerra também em 3, sendo estas a física, a mental e a moral.

No tocante à dimensão física:

As características físicas da guerra são geralmente facilmente percebidas, entendidas e medidas: capacidades do equipamento, suprimentos, objetivos físicos capturados, proporção de força, perdas de material ou vida, terreno perdido ou ganho, prisioneiros ou materiais capturados. (ESTADOS UNIDOS, 1997, tradução nossa).

Referente à dimensão moral:

As características morais são menos tangíveis. O termo “moral” como o usado aqui, não é restrito à ética, apesar da ética está certamente inclusa, mas pertence àquelas forças de uma natureza psicológica ao invés de uma natureza tangível. Forças morais são difíceis de entender e impossível de quantificar. Nós não podemos facilmente medir forças como solução nacional e militar, consciência nacional ou individual, emoção, medo, coragem, moral, liderança, ou espírito. (ESTADOS UNIDOS, 1997, tradução nossa).

No que diz respeito à dimensão mental:

A guerra também envolve um significativo componente mental ou intelectual. Forças mentais fornecem a habilidade de entender as complexas situações do campo de batalha; para fazer estimativas efetivas, cálculos e decisões; para idealizar táticas e estratégias e para desenvolver planos. (ESTADOS UNIDOS, 1997, tradução nossa).

Portanto, sintetizando as 3 dimensões de Boyd, percebe-se que a dimensão física faz referência aos aspectos tangíveis da guerra, enquanto que a mental faz alusão à consciência situacional relativa ao conflito armado e a dimensão moral está ligada ao desejo de permanecer lutando a guerra.

2.4 AS CARACTERÍSTICAS DA GUERRA DE 4ª GERAÇÃO

Apesar das ramificações da guerra irregular que se fazem presentes na guerra de 4ª geração, existem diversas características inerentes a todas elas, características essas que caso sejam esquecidas, possuem a capacidade de levar a tropa regular a derrota. São elas:

2.4.1 Ausência do Estado como base para o surgimento de uma força irregular

Para que ocorra o surgimento de uma força irregular faz-se necessário um ambiente instável, onde o Estado não se faz presente e não tem a capacidade de prover as necessidades básicas à população local. Segundo Visacro (2009, p. 226) “Para desenvolver-se, a guerra irregular necessita de um ambiente que seja, ao mesmo tempo, propício à manifestação da violência social e sensível a seus impactos.” Sendo assim, o vazio de poder estatal é preenchido por uma força paralela, sendo que quanto maior a incapacidade de gerência por

parte do Estado em seu território e quanto maior for o nível de corrupção estatal, maior será o descrédito da população em relação ao Estado e por consequência maiores serão as ameaças à estabilidade nacional. De acordo com Visacro (2009, p. 236):

Porquanto, existe uma correlação direta entre o estágio de degradação do regime político vigente e a reunião de condições propícias à condução da guerra irregular. Trata-se de um processo degenerativo que se desenvolve graças, sobretudo, à incapacidade de o poder central atender às demandas sociais. Compreende, inicialmente, a existência de limitações e deficiências sérias, que podem, com o tempo, levar ao colapso generalizado das instituições políticas. Não raro, o poder central, confrontando-se com suas vulnerabilidades, mostra-se propenso a fazer concessões tardias, mas que são incapazes de refrear o célere processo revolucionário.

A pobreza e a miséria demonstram ser um grande catalisador para o surgimento de forças irregulares, porém é o contraste social que tem fator preponderante, presente principalmente em grandes centros urbanos, uma vez que o cidadão desassistido tem a percepção da discrepante qualidade de vida de outras classes sociais com a sua, o que gera uma grande insatisfação para com o Estado e, dá por consequência o subsídio da dimensão moral para as forças irregulares atuarem naquela região. Segundo Visacro (2009, p. 227)

A coexistência de contingentes populacionais com índices assimétricos de desenvolvimento socioeconômico é particularmente pernicioso, pois proporciona um “referencial de contraste” ou “referencial crítico”, a partir do qual a massa de desvalidos passa a formular suas reivindicações de justiça social.

Sendo assim, a condição de pobreza de determinada população que é desassistida pelo Estado e, que nota a desigualdade abrupta de padrão de vida em comparação com uma outra parcela populacional proporciona um ambiente fértil para o crescimento de forças irregulares. De acordo com Visacro (2018), na era da informação as batalhas germinam no interior dos grandes adensamentos populacionais. Portanto, um ambiente característico que provêm as condicionantes ideais para tal crescimento típicos dos grandes adensamentos populacionais são as áreas marginalizadas de grandes centros urbanos, sendo tais adensamentos gerados principalmente pelo crescimento desordenado das cidades. Segundo Visacro (2009, p. 228):

Quando a população cresce em um ritmo mais acelerado do que a produção de riqueza, a equidade social e, sobretudo, a capacidade de ingerência do Estado, surge, em meio à malta de desvalidos e excluídos, um solo potencialmente fértil para a proliferação de ideias extremistas.

2.4.2 As dimensões da guerra na 4ª geração

Ao longo da história, os grupos beligerantes buscaram resolver seus conflitos de interesse de modo a impor sua vontade sobre o inimigo via destruição das forças armadas inimigas, conquista da capital do oponente e/ou captura do chefe de Estado inimigo, sendo tais objetivos constantes da dimensão física da guerra. No entanto, com o passar do tempo, o espectro humano foi reconhecido como prioritário nos conflitos armados, uma vez que é o ser humano que preenche as fileiras das forças beligerantes, é o povo que protege ou não a permanência do líder político de um Estado e, prioritariamente, é o apoio população que garante a permanência ou a saída do Estado da guerra. Segundo Lind e Thiele (2015, p. 33), tradução nossa) “Na guerra de 4ª geração a dimensão moral é dominante não apenas sobre a dimensão física, mas também sobre a mental”. Sendo assim, na guerra de 4ª geração, a dimensão moral detém a preponderância na guerra, de modo que a população torna-se o elemento prioritário para os beligerantes em combate.

Devido ao fato de que a guerra é um confronto entre vontades humanas opostas, a dimensão humana é central na guerra. É a dimensão humana que gera a guerra com seus fatores morais intangíveis. A guerra é moldada pela natureza humana e é sujeita a suas complexidades, inconsistência e peculiaridades que caracterizam o comportamento humano. Já que a guerra é um ato de violência baseado em um desacordo irreconciliável, ela vai ser invariavelmente inflamada e moldada por emoções humanas. (ESTADOS UNIDOS, 1997, tradução nossa).

Desse modo, em virtude da soberania da dimensão humana na guerra, na 4ª geração, a conquista de objetivos na dimensão física de forma isolada das outras dimensões, que outrora bastava para a vitória em um conflito armado, tornou-se insuficiente para o triunfo na guerra. Segundo Lind e Thiele (2015), apesar da vasta superioridade de poder de combate da tropa estatal, esta quase sempre acaba sendo derrotada na guerra de 4ª geração. Isso decorre do fato de que não há solução puramente militar para este tipo de guerra, tendo em vista que o povo passa a ser o cerne do conflito e não meramente as forças combatentes. Por consequência disso, a guerra de 4ª geração pode-se também ser definida como a guerra no meio do povo.

A guerra no meio do povo é diferente: é a realidade em que o povo nas ruas, nas casas e nos campos, todas as pessoas, em todo o lugar são o campo de batalha. Engajamentos militares podem ocorrer em qualquer lugar: na presença de civis, contra civis, em defesa de civis. Civis são os alvos, os objetivos a serem ganhos, bem como uma força opositora. (SMITH, 2008, p. 6, tradução nossa).

Além disso, uma vez que uma força irregular surge em decorrência de um vazio de poder estatal e da desigualdade social, sucessos somente no campo militar, típicos da

dimensão física da guerra, são incapazes de levar a vitória em uma guerra irregular, pois o vazio de poder estatal e as desigualdades sociais permanecerão existindo, de maneira que a dimensão moral permaneceu inatingida, fazendo com que a força irregular permaneça com o desejo de lutar e a população desassistida continue apoiando tal força, de forma que o conflito armado se prolongue. Segundo Lind e Thiele (2015), o fato de que a raiz de uma guerra de 4ª geração é política, social e um fenômeno moral, faz com que não haja uma solução puramente militar para ameaças de 4ª geração, em razão do declínio do Estado, uma vez que a força militar é incapaz, por ela mesma, de restaurar a legitimidade estatal.

Mesmo não podendo ser negligenciados, os aspectos puramente militares são os de menor importância na guerra irregular. O desenvolvimento desse tipo de luta é, na verdade, rigidamente moldado pelo ambiente político e psicossocial no qual está imerso. Fatores de ordem histórica, cultural, econômica e psicológica determinam não só a natureza dos conflitos irregulares como também sua amplitude, sua dinâmica, seus protagonistas, suas motivações e suas perspectivas de vitória. (VISACRO, 2009, p. 225).

A guerra no meio do povo, portanto, insere este como o cerne da guerra, de modo que a beligerância seja plenamente influenciada pelas características comportamentais daquele. O povo é uma entidade em que um elo em comum une elementos semelhantes. No entanto, apesar da ligação dentre os semelhantes provida pelo elo comum, esses elementos são incoesos, visto que possuem as mais diversas opiniões acerca de um determinado tema.

Diante disso, surgirá um elemento que exercerá liderança sobre o todo, de modo que tal indivíduo guiará e influenciará o povo para que este forme uma visão. Segundo Smith (2008, p. 281, tradução nossa):

O povo é uma entidade e não um bloco monolítico. Ele forma entidades baseado em família, tribo, nação, etnia, religião, ideologia, Estado, profissão, habilidade, trocas e interesses dos mais diferentes tipos. Dentro dessas entidades, a posição das pessoas é incoerente e, suas visões e opiniões são várias e das mais variadas formas; apenas com uma liderança política as suas posições passam a ter coerência. A família vai discutir uma questão; quando, onde e como depende da família, mas um membro do clã vai liderar e esta pequena e específica entidade vai formar uma visão.

De acordo com Smith (2008), o povo tem seus desejos divididos em duas áreas, “livre do(a)” e “livre para”. A primeira área diz respeito a estar livre do medo, da fome, do frio e da incerteza, a segunda refere-se a estar livre para prosperar e fazer o que se deseja. Diante disso, o povo vai seguir o líder, que em seu julgamento, é mais provável de garantir tais desejos, de modo que se o Estado não prover tais desejos, o povo irá voltar-se para um líder paralelo, e é desta situação que uma força irregular faz uso.

Por sua vez, em decorrência do fenômeno *Schadenfreude*, o elemento mais fraco da guerra, pelo menos na dimensão física, possui uma vantagem na dimensão moral. *Schadenfreude* consiste no prazer nos infortúnios dos outros (DIJK et al., 2011), e quanto maior e melhor o *status* de uma pessoa, maior será o nível de ameaça que esta inconscientemente impõe. Segundo Djik et al. (2011), infortúnios que acontecem a outros provém uma oportunidade de proteger ou realçar a auto visão de alguém, sendo conseqüentemente um dos motivos ocultos para a experiência de *schadenfreude* interpessoal e, quanto maior o *status* em que está situado um elemento, maior será sua ameaça implícita, por sua vez, maior será a sensação de autoafirmação e conseqüentemente de bem-estar de uma terceira pessoa em relação a um fracasso deste elemento de *status* elevado. Além disso, pessoas com baixa autoestima tendem a sentirem ainda mais ameaçadas em relação a uma pessoa de elevado *status*, aumentando conseqüentemente seu *schadenfreude*. Portanto, o fenômeno *schadenfreude* faz com que em uma disputa entre elementos distintos, as pessoas de um modo geral torçam pelo mais fraco, não pelo desejo de vitória do mais fraco em si, mas pelo desejo implícito de infortúnio do mais forte.

Sendo assim, em uma situação de guerra de 4ª geração, o elemento naturalmente visto como mais forte, o Estado, com sua riqueza e seu grande poderio bélico sintetizado em suas forças armadas, entra em guerra com um elemento irregular, visto como mais fraco devido a sua assimetria bélica em comparação com o Estado. Aliado ao fato de que a população desassistida desta área, naturalmente acaba por ter de modo geral uma baixa autoestima, decorrente da carência dos serviços básicos, de diversas experiências negativas no ambiente em que vivem, da falta de expectativa de ascensão social e do sentimento de um baixo valor individual em relação à sociedade como um todo.

Portanto, o fenômeno *schadenfreude* faz com que a população de um modo geral, implicitamente, esteja contra o elemento mais forte da guerra, o Estado. Além disso, a baixa autoestima da população da área desassistida onde surgiu a força irregular irá fazer com que tal população tenha uma repulsa ainda maior em relação ao Estado, que já é acentuada devido ao descrédito populacional local em relação ao Estado, de modo que apesar de ser o mais forte na dimensão física, o Estado demonstra ser normalmente o mais fraco na dimensão moral. Conforme Lind e Thiele (2015, p. 33, tradução nossa) “Na guerra de 4ª geração, o fraco quase sempre tem mais poder moral que o forte”.

2.4.3 Presença da mídia e de ONGs

Organizações de aspectos não militares, tal qual a mídia, as ONGs e organismos de defesa dos direitos humanos tornaram-se basilares nas operações no contexto de guerra de 4ª geração, uma vez que elas possuem plenas capacidades de moldar a opinião pública e por sua vez alterar o curso da guerra. Visacro (2018, p. 119) descreve:

Já na Era da Informação, tem-se uma grande multiplicidade de meios – militares e não militares – empregados na condução da guerra, com ênfase em ações nos campos político, econômico e psicossocial, em detrimento dos esforços no campo militar. Isto é, a resolução de conflitos adquiriu um conceito mais amplo e complexo, de caráter permanente, sistêmico e multidimensional, que transcende a esfera militar, caracterizando maior interdependência entre todos os campos do poder nacional para moldar o ambiente, a fim de evitar a deflagração ou o agravamento de eventuais crises. Ações que até então eram centradas no emprego das forças armadas, passaram a envolver também a participação de outras agências do Estado, a sofrer ingerência de organismos internacionais e, frequentemente, a contar com a colaboração de organizações não governamentais. A isso se soma a onipresença da mídia e o assédio de instituições humanitárias.

A população mundial evoluiu no que diz respeito aos direitos humanos, de forma que atos de violação dos direitos humanos são abertamente repudiados, podendo inclusive, em uma guerra, fazer a população ficar contra o lado violador. Segundo Visacro (2018), Em toda sociedade diminui a tolerância a flagrantes de infrações dos direitos humanos. Portanto, violações de conduta e descumprimento de leis e regras de engajamento possuem desdobramentos negativos que colocam em risco toda a missão. Além disso, com a revolução digital, em especial, com o advento e difusão da internet, as notícias tornaram-se globalizadas, de modo que qualquer ser humano, em qualquer parte do mundo, pode compartilhar acontecimentos instaneamente e de forma irrestrita em nível global. Ademais, a mídia com seus meios tornou-se onipresente, levando a informação dos acontecimentos do campo de batalha para a mente do povo.

Diante de tais capacidades, o Estado demonstrou ser incapaz de controlar esse fluxo perene de informações, de modo que suas ações são imediatamente compartilhadas para toda a população, dificultando então a capacidade estatal de moldar a opinião pública. De acordo com Visacro (2018), a perda quase absoluta do controle estatal sobre os meios de comunicação de massa, bem como o acesso irrestrito à informação pós revolução digital, limitam a capacidade governamental de moldar a opinião pública interna, enfraquecendo a vontade e a coesão nacionais.

Além disso, as ONGs, que em tese possuem o objetivo de atuar em uma causa deficitária sem possuir um fim lucrativo, possuem contato direto com a população de áreas desassistidas e, via seus auxílios de bens e serviços, os quais não são prestados pelo Estado, conquistam o apoio da população local, detendo então a capacidade de influenciar sua opinião. As ONGs voltadas para a defesa dos direitos humanos, em um conflito armado, visam monitorar as beligerâncias, a fim de investigar e expor eventuais violações relativas a tais direitos, em consequência da revolução digital, estas exposições possuem um alcance global de forma instantânea, por sua vez influenciando a opinião pública em nível mundial. Segundo Visacro (2018, p. 203):

[As ONGs possuem a] capacidade de intermediar a relação entre o poder público, os setores produtivos e as camadas mais carentes da população; capacidade de articular-se em redes de cooperação locais, nacionais e internacionais; capacidade de captar recursos internos e externos, públicos e privados, para financiar projetos próprios; disponibilidade de quadros profissionais com qualificação técnica e administrativa; capacidade de participar na elaboração e implementação de políticas públicas; capacidade de prestar serviços e celebrar convênios e parcerias com o próprio Estado em diferentes esferas da administração pública; capacidade de exercer pressão política sobre o Estado; e capacidade de influenciar a opinião pública.

Nesse contexto de era da informação, em decorrência da amplitude e da instantaneidade do compartilhamento das notícias, há um achatamento nos níveis de condução da guerra. Conforme Visacro (2018), o fortalecimento da opinião pública, a onipresença dos órgãos de imprensa, a redução da capacidade de controle estatal sobre a mídia, o acesso irrestrito informação e o alcance ilimitado das mídias sociais levaram a um achatamento dos níveis decisórios. Sendo assim, as ações realizadas no nível tático pelas tropas no terreno, por um simples soldado que seja, possuem reflexos que podem afetar os níveis político e estratégico, uma vez que um ato ilegal cometido pela tropa pode afetar a imagem legal estatal e, contradizer-se em relação ao discurso de que o Estado atua para levar a lei à área afetada e acabar com os males providos pela força irregular.

Ademais, a mídia tem a sua estrutura composta por seres humanos, os quais são passíveis das mais diversas influências e interesses que podem interferir na veracidade da sua produção jornalística, impedindo-a de ser plenamente verídica e imparcial, tendo em vista que o jornalista pode ter um determinado viés ideológico, que o faz a transmitir as notícias de forma parcial, a fim de favorecer um determinado grupo. Além disso, o jornalista necessita de fatos que sejam transmitidos e que atraiam audiência, de modo que este pode maquiagem a realidade para deixar a história mais atraente. Soma-se a isso ainda o fato de que é o ser humano que preenche a estrutura da mídia o qual é um possuidor das mais diversas emoções,

e dos fenômenos emocionais, como o *schadenfreude*. Portanto, em uma guerra irregular, as coberturas jornalísticas podem ocorrer de forma a construir uma determinada realidade, rotulando a imagem das partes envolvidas na guerra e por sua vez, rotulando para toda sua audiência quem representa o povo e quem está contra este, o bem e o mal. De acordo com Smith (2008), deve-se esperar que a notícia transmitida pela mídia tenha sido distorcida devido ao desejo de se ter uma história melhor, viés pessoal ou ideológico, má interpretação do fato por parte do jornalista, além do interesse básico do jornalista que é de preencher o espaço vago com palavras e imagens.

Portanto, mais uma vez, as operações militares das forças estatais devem-se voltar às áreas intrínsecas à guerra de 4ª geração. Uma vez que, na guerra da era da informação novos fatores, constantes em áreas além da dimensão física da guerra, demonstram ser fundamentais nos conflitos armados. Sendo assim, durante o processo decisório das operações estatais, tais fatores devem ser analisados, para que haja harmonia entre eles. Pois, caso não o façam, acabarão derrotando a si mesmos. Segundo Lind e Thiele (2015), na maioria das guerras de 4ª geração, as forças armadas estatais acabaram derrotando elas próprias.

2.5 MÉTODO DE ATUAÇÃO DA FORÇA IRREGULAR

Apesar da variedade de tipos de guerras de 4ª geração, de acordo com Smith (2008), as operações de uma força irregular possuem 3 pilares: a propaganda da ação; a estratégia da provocação e, a degradação da capacidade governamental de governar.

Segundo Smith (2008) a propaganda da ação tem por objetivo forçar o governo, a população e as agências externas a prestar atenção, para fazer a “causa” significativa, ganhar recrutas e, conquistar ao menos o suporte tácito da população em relação à causa. Já a estratégia da provocação tem a ideia de usar a força e peso da força de contra insurgência contra a própria força de contra insurgência. Ataques são realizados de modo a convidar, ou possivelmente demandar uma resposta do governo, a fim de que o governo seja visto pelo povo e pelas agências externas como o opressor brutal. Consequentemente instalando na mente das pessoas a ideia de que as forças regulares são o inimigo, de maneira a ganhar simpatia pela “causa” e ganhar recrutas. Por fim, a degradação da capacidade governamental de governar, a qual diz respeito a capacidade de governo propriamente dita, bem como, o desejo por parte dos políticos de fazer parte do governo.

No que diz respeito ao o viés bélico de uma força irregular, conforme Smith (2008), esta opera por meio de um grupo de combate pequeno, com grande mobilidade, flexível e que

é proporcionado, escondido e sustentado pelo povo. Além disso, tem o objetivo de assediar uma força inimiga, a qual é mais poderosa belicamente, evitando um conflito direto de larga escala. Sendo assim, para o sucesso do braço armado da força irregular é fundamental que seja evitado uma batalha típica da 2ª geração da guerra moderna, na qual é empregado o atrito e poder de fogo, uma vez que a força irregular é inferior à força regular na dimensão física.

A tática da força irregular é apoiada no princípio básico de que suas forças apenas procuram batalhar em seus próprios termos. Implicando desta forma, conhecer a posição do oponente e sua força, ter o elemento surpresa ao seu lado e, lutar no momento escolhido, empregando a emboscada como modo de ataque preferido. De acordo com Smith (2008), sobre tudo a força irregular sempre evita manter território, pois caso fizer, é um convite para ser descoberta, isolada e destruída pelo inimigo.

Atacando rapidamente e inesperadamente, a força irregular ataca depósitos e instalações inimigas, embosca patrulhas e comboios de suprimentos, cortar linhas de comunicações inimigas, a fim de romper atividades inimigas e capturar equipamento e suprimentos para o seu próprio uso. (SMITH, 2008, p. 159, tradução nossa).

Em consequência da sua mobilidade, a dispersão das suas forças em grupos pequenos e a sua habilidade de desaparecer no meio da população civil, as forças irregulares são extremamente difíceis de fixar e trazer para a batalha. Segundo Smith (2008), as operações de ataque da força irregular visam desestabilizar o inimigo e colocar seus recursos sob tensão através de uma série contínua de pequenos ataques em um longo período. Para desta forma, enfraquecer o inimigo materialmente e, forçá-lo a concentrar-se em sua própria proteção e corroer sua determinação.

2.6 VENCENDO UMA GUERRA IRREGULAR

Para a vitória em uma guerra de 4ª geração, a força regular deve operar de modo a empregar os pilares inerentes a este tipo de guerra, sempre levando em consideração as características constantes na guerra irregular.

2.6.1 Interpretação correta da guerra

A primeira ação a ser realizada pela tropa regular que se depara com uma guerra consiste em compreender precisamente qual tipo de guerra será travada, através do entendimento das características específicas que levaram ao seu surgimento. Logo,

adaptando-se, de modo a desenvolver suas operações seguindo as características peculiares deste tipo de guerra. No caso de ser uma guerra irregular, voltar-se para a doutrina relativa a esse tipo de guerra, ao invés de persistir empregando suas forças baseando-se na convencionalidade das técnicas, táticas e procedimentos da guerra industrial. Segundo Lind e Thiele (2015), o primeiro e mais importante ato de julgamento que os políticos e comandantes militares devem realizar em uma guerra é estabelecer o tipo de guerra que se vai travar, sem tentar percebê-la como algo fora de sua real natureza.

Em seguida, o exército regular deve realizar uma análise histórica dos beligerantes e uma análise geoestratégica da área em guerra. A análise histórica começa com o estabelecimento da cronologia dos eventos, de modo a entender a marcha do tempo e reconhecer o pilar da causa e do efeito. Sendo assim, será possível explicar porque o Estado e o seu inimigo estão naquele ponto agora, e estabelecer em termos políticos o contexto em que os envolvidos tomarão as decisões. Segundo Smith (2008), diante do conhecimento provido pela análise histórica, será possível compreender as decisões tomadas pelos atores, de modo a entender porque aquela decisão foi tomada. Já a análise geoestratégica permite a compreensão da situação como um todo. Nesta análise deve ser considerados uma ampla gama de fatores, incluindo o maior corredor de comunicações; a disponibilidade de recursos naturais; relacionamentos regionais; as economias; a mistura cultural e; os valores normativos e os padrões de comportamento da sociedade da área em beligerância. A partir disso, será possível identificar os fatos da vida que lideraram aquele lugar ou região, bem como, qual é o alvo da minha força. Segundo Smith (2008, p. 156, tradução nossa): “[A análise geoestratégica] deve ser analisada junto à análise histórica para produzir o resultado que vai ajudar a entender a posição de um lado em relação ao seu oponente, bem como, ajudar a previsão do curso de ação que ele provavelmente adotará.”

2.6.2 O emprego das operações contra forças irregulares

Sabendo que as operações da força irregular são baseadas em 3 pilares, a tropa regular deve adaptar-se de modo a realizar suas operações impedindo que o inimigo tenha êxito no emprego de seus pilares. Lembrando-se que em uma guerra de 4ª geração, sucessos apenas na dimensão física da guerra não levam à vitória. Segundo Visacro (2009), a única maneira de se acabar com uma insurreição está na remoção das condições econômicas e sociais nocivas que deram origem à guerra irregular. Deste modo, a mera execução de operações de combate

repressivas isoladas de vigorosas ações nos campos político, social e econômico, apenas tornará o conflito mais grave.

Sendo assim, diante dos pilares da força irregular, conforme Smith (2008), as operações contra forças irregulares devem ser baseadas em 3 princípios: o isolamento da força irregular; a equiparação da força regular à irregular e, o governo estabelecido deve prover ao povo uma perspectiva crível para o futuro.

Relativo ao primeiro princípio, a força irregular deve ser isolada tanto no que diz respeito à localização geográfica tanto ao povo dentro dela, especialmente daqueles que possam dar cobertura a ela. Tal isolamento deve ocorrer não apenas fisicamente, mas ao ponto de que o povo recuse a dar-lhe suporte e passe a dar informações relativas ao inimigo à força regular. Para que seja possível atacar os insurgentes de forma cirúrgica e com mínimos efeitos colaterais. Em relação ao segundo, a força regular deve equiparar-se à irregular. Sendo assim, a força empregada pela tropa regular não deve ser superior ao da irregular, pois o emprego de uma força superior será utilizado pelo elemento irregular em sua estratégia de provocação e propaganda da ação. De modo a evitar que o elemento regular será visto como o agressor de um grupo bem menor e bem mais fraco. Por último, o governo estabelecido deve prover ao povo uma perspectiva crível para o futuro. Uma vez que apenas um programa significativo, viável e que pareça durável, afastará a maioria do povo da força irregular. Conforme Nagl (2002), o sucesso em uma operação contra forças irregulares está ligado a prover segurança física à população local, destruir o aparato do elemento irregular, motivar o povo a cooperar e, estabelecer um governo local responsável.

O Terceiro princípio para o êxito em uma operação contra forças irregulares está ligado ao fato de que o que levou ao surgimento elemento insurgente foi a ausência do Estado junto aos serviços essenciais a uma população de determinada área. Deste modo, faz-se necessário a aplicação de políticas que garantam ao povo tais serviços. De acordo com Viscacro (2018), para a vitória com uma paz duradoura em uma guerra de 4ª geração, faz-se necessário que seja estabelecido um sólido processo político, social e econômico que estabeleça fundamentos robustos de justiça e prosperidade.

2.6.3 O ciclo das dimensões nas operações

Diante dos princípios das operações contra forças irregulares, a tropa regular deve atuar na dimensão humana, de modo a conquistar a população local e a externa à área de operações; atuar na dimensão informacional, com enfoque nas informações fornecidas pelo

povo via êxitos na dimensão humana, de forma a vencer a guerra informacional, para por fim; atuar na dimensão física por meio de operações militares cirúrgicas. O que somente será possível através de informações por parte da população sobre o inimigo, de modo a eliminar gradualmente o insurgente, com o mínimo efeito colateral. Para que desta forma, seja possível extinguir o assédio da força irregular à população, o que fará com que o povo seja mais suscetível a apoiar a tropa legalista. Por sua vez, o povo fornecerá mais informações sobre o inimigo, que deste modo permitirá mais operações precisas de eliminação do elemento irregular, formando-se então um ciclo. Conforme Visacro (2009, p. 351) “Para desarticular as forças irregulares, é necessário atender a dois pré-requisitos básicos: vencer a guerra da informação e conquistar o apoio da população.”

2.6.3.1 Atuação na dimensão humana dentro do ciclo das dimensões

Na dimensão humana, as operações das forças regulares de contra insurgência devem ser voltadas à conquista da empatia do povo e, seu conseguinte apoio. De acordo com Lind e Thiele (2015), no nível mais poderoso da guerra, o moral, a chave para a vitória é convencer a população local a identificar-se com o Estado, ou ao menos ser aquiescente com este, ao invés de identificar-se com a força irregular. Deste modo, a tropa regular deve integrar-se com a população da área afetada, passando a imagem de representar o bem e de ser a solução para os problemas e os anseios do povo. No entanto, no nível estratégico a força regular estará em desvantagem, já que enquanto a força regular irá retirar-se, seu oponente irá permanecer. (LIND; THIELE, 2015).

Sendo assim, o primeiro passo na dimensão humana é perceber que é praticamente impossível mudar a cultura local, uma vez que a população da área jamais será conivente com tal situação, visto que fere seus princípios existenciais. Conforme Lind e Thiele (2015), quase nunca será possível refazer outras sociedades e culturas. Caso este seja o objetivo estratégico, a operação estará condenada antes mesmo do primeiro disparo. Portanto a tropa deve adaptar suas condutas de modo respeitar os costumes locais. Segundo Visacro (2018), o conhecimento cultural tornou-se impositivo, uma vez que é um multiplicador de forças. Vai muito além do mero domínio do idioma local, é a fusão do conhecimento histórico, costumes sociais e religiosos, valores e tradições. Portanto, faz-se necessário uma inteligência voltada ao conhecimento cultural local, sendo esta a inteligência humana.

Ao reconhecerem a importância do papel desempenhado pela população local no combate irregular, os comandantes militares têm, aos poucos, se convencido da

necessidade de compreenderem, verdadeiramente, a cultura nativa, a fim de superar a complexidade das idiossincrasias regionais. Essa percepção tem promovido o surgimento de uma nova vertente da inteligência denominada “inteligência cultural”, “inteligência etnográfica” ou “inteligência social”. (VISACRO, 2009, p. 356)

O conhecimento cultural está diretamente ligado à integração e à empatia da população local com a tropa regular, uma vez que é necessário um conhecimento cultural por parte da tropa em relação aos habitantes locais. A fim de conseguir a empatia destes e conseguir a integração com o povo da localidade, para assim obter um maior conhecimento cultural. Assim, será possível uma maior empatia da população local e por sua vez, uma maior integração. De acordo com Lind e Thiele (2015), empatia e integração permitem uma inteligência cultural efetiva, o que significa, ser capaz de entender como a sociedade funciona.

Deste modo, para uma maior empatia da população local para com a força de contra insurgência, faz-se necessário a integração desta força para com o povo. Para tanto, a tropa regular deve fazer parte dos bairros da região em guerra, o que só será possível através do aquartelamento da tropa legalista nestes bairros. Segundo Lind e Thiele (2015), caso a tropa viva em uma base fortificada, separada da população local, isso vai criar inevitavelmente uma atitude hostil de “nós/eles” por parte dos locais e a tropa. O que trabalhará em favor do inimigo. Sendo assim, a força regular deve viver no bairro, conhecer os habitantes locais e ser conhecida por eles. De acordo com Lind e Thiele (2015), a integração próxima da população local com a força regular, ao invés de prejudicar a segurança da força de contra insurgência, irá aumentá-la, uma vez que assim como a tropa protege o povo, o povo irá proteger a tropa.

Para a obtenção da empatia da população local e seu consequente apoio, faz-se necessário a identificação e a exaltação do ego dos líderes locais. Pois assim, será possível implicitamente alterar o julgamento destes e, fazer com que eles guiem o povo em favor da tropa. De acordo com Visacro (2018), uma vez que a verdadeira influência sobre a população local só é possível por intermédio dos seus líderes naturais. Deste modo, os soldados devem identificá-los, reforçando-lhes o prestígio e a autoridade. Ao mesmo tempo que, discretamente e sem causar dissensões, alienam das decisões importantes as pessoas que se opõem à presença da tropa. Segundo Carnegie (2019), o desejo de ser importante é tão imperioso quanto o desejo de dormir, comer ou possuir bens materiais, sendo saciado através de reconhecimento e elogios. Portanto, reconhecer os líderes locais, exaltando seu ego através de reforços de prestígio e autoridade, irá levá-los implicitamente a agir em favor da tropa, influenciando a população em que têm contato.

2.6.3.2 Atuação na dimensão informacional dentro do ciclo das dimensões

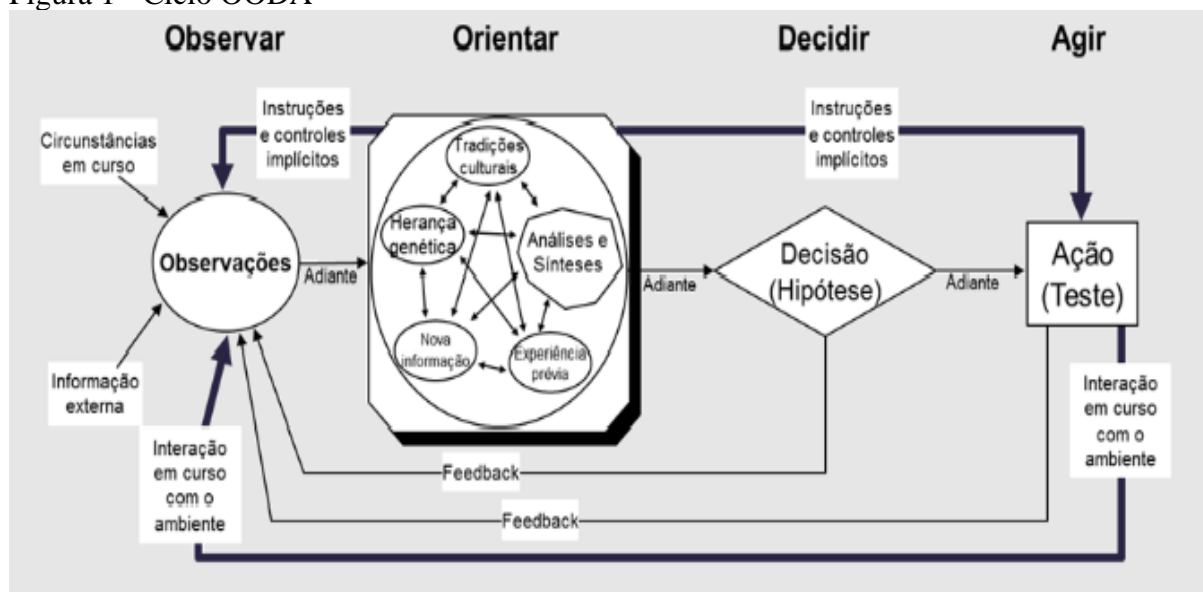
Para vencer a guerra da informação, a tropa regular deve adentrar ao ciclo OODA inimigo, para confundi-lo, para assim desorientá-lo no que diz respeito a sua consciência situacional, bem como para ser possível prever as linhas de ação que serão tomadas pelo oponente. Segundo Boyd (2007), Mentalmente nós podemos isolar nossos adversários através da apresentação de situações com ambiguidade, enganações e características fora do comum, bem como através de operações em um tempo ou ritmo que eles não podem nem decifrar e nem continuar. Operar dentro de seus ciclos OODA irá conseguir exatamente isso através da desorientação ou retorção das suas imagens mentais, de modo que eles não podem apreciar e nem lidar com o que realmente está acontecendo.

De acordo com Boyd (2012), entrando no ciclo OODA do inimigo será possível compreender, moldar e adaptar-se a uma realidade evolutiva que se desdobra, a qual é incerta, mutável e imprevisível. Sendo assim, o ciclo OODA explica as ações e reações, bem como de que maneira os outros, seja o adversário, o aliado ou o expectador, opera.

O ciclo OODA é composto pelos processos de observação, orientação, decisão e ação. A observação diz respeito ao acesso ao ambiente local, o lugar de um habitante nele e, a interação dos dois. Através dos escaneamento de ameaças e oportunidades que dará a base para a orientação. A orientação, parte principal deste ciclo, é a fusão da herança genética, tradições culturais, experiências prévias, educação, novas informações e a análise e síntese que segue. Tais fatores condicionam uma determinada ação a diferentes estímulos moldando a maneira como observamos, decidimos e agimos, de modo que um menu de respostas é desenvolvido. Diante disso, estas respostas são organizadas, analisadas e sintetizadas para uma decisão. A decisão diz respeito à escolha da linha de ação a ser tomada, a qual torna-se uma hipótese a ser testada pela ação, a qual implementa a decisão tomada. O ciclo inteiro é um processo de projeção, empatia, correlação e rejeição, o qual é implícito, contínuo, de vários lados e de referência cruzada. (BOYD, 2007).

Sendo assim, de acordo com Boyd (2018), deve-se operar do ciclo de observação-orientação-decisão-ação do oponente, para criar confusão e incoerência na observação inimiga aos eventos que ocorrem, conseqüentemente introduzindo o inimigo em um mundo amorfo, ameaçador, imprevisível, de dúvidas, desconfiança, desordem, medo, pânico e caos.

Figura 1 - Ciclo OODA



Fonte: JAROSZEWSKI (2017)

A população local deve estar motivada a apoiar a tropa regular através de informações, que por sua vez estão inseridas na “orientação” do ciclo OODA. De acordo com Blaber (2008), as causas que levam um homem a apoiar determinada parte em um conflito são ideologia, coerção, excitação e dinheiro. Relativo à ideologia, o povo dará apoio quando tiver a crença de que será o melhor para ele, de acordo com seus valores, por isso a importância da inteligência cultural por parte da tropa. Deste modo, é crucial passar a imagem de que é o melhor dentre os beligerantes para os habitantes locais. Já a coerção diz respeito ao ato de reprimir o povo, o qual deve ser evitado pela tropa legalista. A excitação refere-se ao ânimo em apoiar determinada parte, o qual pode ser maximizado através da exaltação do ego das lideranças locais, que por sua vez estarão animadas a auxiliar a tropa de contra insurgência. Em relação ao dinheiro, é a vantagem pecuniária por apoiar uma das partes, o que está diretamente ligado à vontade de saciar o desejo de possuir bens materiais.

O dinheiro tem uma importância crucial nas operações contra forças irregulares. Já que a força irregular surge do vazio de poder estatal e ausência da prestação de serviços essenciais a população local. O dinheiro permitirá a construção de uma infraestrutura de prestação de serviços que suprirá a necessidade local, o que motivará o povo a apoiar a força legal. Segundo Lind e Thiele (2015), o que a artilharia e o poder aéreo foi na terceira geração da guerra, o dinheiro é na quarta geração: o braço mais necessário da tropa. Além disso, o dinheiro serve para pagar elementos locais por informações fornecidas à força de contra insurgência, com o intuito de atraí-los via vantagem financeira a auxiliar a tropa regular.

2.6.3.3 Atuação na dimensão física dentro do ciclo das dimensões

A população local apenas dará informações sobre o inimigo quando sentir-se segura e, quando ela passar a crer que o Estado se fará presente após o conflito. Deste modo, deve-se buscar proteger a população local com a maior celeridade possível. Relativo às ações no campo tático realizadas pela força de contra insurgência, estas devem ocorrer segundo o princípio da equiparação da força regular à irregular. De modo a não jogar o jogo do insurgente de estratégia da provocação. Para isso, as operações contra forças irregulares devem ser executadas sempre baseadas na legitimidade. Segundo Visacro (2018), na luta contra atores armados não estatais, a legitimidade do poder público e a conquista do apoio da população, impõem-se como questões centrais. Sendo assim, o uso da força deve se revestir de uma moralidade irretocável. Uma política de tolerância zero às ações ilegais deve ser executada minuciosamente em todos os níveis hierárquicos. Execuções extrajudiciais, torturas, maus-tratos, saques, espólios e outras práticas nocivas poder causar um dano maior à força regular que qualquer ação em força empreendida com êxito pelo inimigo.

Sendo o apoio da população o verdadeiro centro de gravidade dos conflitos irregulares, compete ao Estado assenhorar-se desse apoio por meio da ampla aceitação pública de sua legitimidade. Portanto, todos os esforços empreendidos nas campanhas contra forças irregulares devem possuir como objetivo principal assegurar, respaldar e fortalecer a legitimidade do poder central. Orientadas nesse sentido, as Forças Armadas e as corporações policiais devem: – atuar dentro dos limites legais, dispondo, para tanto, de um arcabouço jurídico adequado às ações policiais e à condução das operações militares; – apresentar conduta ética e, tanto quanto possível, transparente; – fazer uso limitado da força letal; – sobretudo colaborar para que sejam dadas respostas eficazes às necessidades básicas, aos anseios e às reivindicações da população local. (VISACRO, 2009, p. 343)

Além disso, as operações de contra insurgência devem ser baseadas na proporcionalidade, uma vez que uma ação de força excessiva executada pelo Estado, pode fazê-lo ser visto como agressor. De acordo com Lind e Thiele (2015), proporcionalidade é um requerimento para as tropas estatais evitarem ser vistas como *bullies*. Usar blindados, poder de fogo aéreo e artilharia contra insurgentes levemente armados não apenas irá ferir e matar civis inocentes, destruir propriedades civis. Mas também irá trabalhar perfeitamente no nível moral, de modo a aumentar a simpatia do povo ao oponente do Estado. Deste modo, as operações contra forças irregulares devem ser empregadas utilizando poder de fogo limitado. O que significa que as forças armadas estatais que combatem os insurgentes não devem aplicar em combate toda a sua capacidade bélica provida pela vastidão de seus meios. Caso

empregue a plenitude de seus poderio, estará auxiliando o inimigo no seu princípio de estratégia da provocação.

Ademais, a população local jamais irá desejar um aumento da violência. Caso o Estado adentre à área de operações maximizando a destruição e trazendo o caos, decorrente do amplo emprego do poderio militar estatal, a população naturalmente será contra a intervenção do Estado na localidade. De acordo com Lind e Thiele (2015), a sociedade possui o desejo de menos, e não mais, violência. Portanto, ela não vai acolher pessoas de fora desta sociedade que aumentem o nível de violência ao seu redor. Deste modo, na guerra de 4ª geração, a melhor esperança de vitória está em desescalar a guerra ao invés de escalar. (LIND; THIELE, 2015).

Diante disso, de modo a seguir o princípio da equiparação à força irregular, a qual naturalmente é uma força de infantaria leve e, seguir o princípio da proporcionalidade, de acordo com Lind e Thiele (2015), a força de contra insurgência deve ser de infantaria leve. O emprego da força regular como de infantaria leve possui três capacidades críticas. A primeira é que uma boa infantaria leve, a não ser quando superada numericamente, pode quase sempre derrotar qualquer força irregular que encontrar, ao mesmo tempo que evita a imagem de *bully*. Além disso, possui uma mobilidade a pé semelhante ao inimigo, por sua vez não possuindo limitações existentes em outros tipos de infantaria. Segundo, quando a infantaria leve faz uso da força, ela pode ser empregada de uma maneira bem mais discriminativa que as outras infantarias, evitando deste modo um significativo efeito colateral. Por último, o infante que compõe uma força de Infantaria Leve pode mostrar ao povo uma face humana, ao invés de ficar encaixotado em um blindado. O que permite que ele seja cordial e possa dar assistência à população local demonstrando humanidade. (LIND; THIELE, 2015).

Além disso, o uso de outros tipos de Infantaria acaba por desviar o foco da missão em si, uma vez que a atenção é voltada para os meios, ao invés da melhor forma de obter uma vantagem tática em relação ao inimigo. Conforme Blaber (2010), os meios quase sempre terminam tornando-se o componente definitivo da missão, de forma que comandantes acabam tomando decisões sobre a missão baseados somente nas capacidades e limitações dos meios, ao invés de como ter a melhor vantagem da situação inimiga para cumprir a missão.

Ademais, a tropa regular distribuída no terreno deve ser empregada nos moldes policiais, ao invés do modo militar propriamente dito. Segundo Lind e Thiele (2015), a polícia é treinada para lidar com os confrontos através do desescalamiento, de modo que na visão do policial o escalamento quase sempre indesejável. Pois, caso o policial escale a situação, ele pode ver a si próprio acusado de um crime. Em contrapartida, soldados são ensinados que

caso não atinjam o resultado desejado, eles devem escalar a violência, por sua vez requerendo mais tropas, mais poder de fogo, blindados, artilharia e poder aéreo.

As operações da força de contra insurgência devem estar voltadas, prioritariamente, para a prisão dos elementos da força irregular ao invés da eliminação. Uma vez que ao fazer isso evita a imagem de opressor brutal, por sua vez não caindo na armadilha da força irregular da estratégia da provocação. Além disso, insurgentes presos podem fornecer informações vitais acerca da força irregular, que direcionam à prisão de seus ex-companheiros. Em contrapartida, a política de uma força regular de eliminação do inimigo a todo custo apenas faz com que o inimigo lute até o fim, pois sabe que morrerá de toda forma. (NAGL, 2002).

Empregando-se o modelo policial por parte da tropa nas operações, faz-se necessário que a tropa regular disponha de uma equipe tipo SWAT¹, de modo que haja um mínimo escalamento da violência, para que se obtenha um desescalamento maior. De acordo com Lind e Thiele (2015), podem haver situações em que o escalamento da violência no nível tático seja necessário para obter um desescalamento nos níveis operacional e estratégico. Nessas situações, as forças armadas estatais devem possuir uma equipe especial, análoga a uma equipe de polícia da SWAT, a qual surge rapidamente, usa a violência necessária e então rapidamente desaparece. Isso ajuda a força regular a manter uma imagem de amigo prestativo à população.

2.6.3.4 O processo decisório no ciclo das dimensões

Diante dos níveis de condução da guerra que são de responsabilidade dos militares, sendo o tático, operacional e estratégico, e as dimensões da guerra, sendo a física, a mental e a moral, é necessário que antes de tomar uma decisão, os decisores façam um cruzamento destes níveis com estas dimensões, analisando os possíveis efeitos em cada uma das nove lacunas. Deste modo, será possível evitar desarmonias entre as dimensões e os níveis, evitando por sua vez consequências indesejáveis no desenrolar das operações, formando-se então um tabuleiro. Segundo Lind e Thiele (2015, p. 16, tradução nossa) “Através do uso do tabuleiro para avaliar todas as missões propostas, antes de serem empreendidas, é sempre possível evitar tipos de contradições e efeitos indesejáveis de segunda ordem que atormentam as ações das forças armadas estatais.”

¹ A SWAT (Special Weapons And Tactics) é uma equipe de elite da polícia americana, adestrada para atuar em operações de alto risco.

Figura 2 – Cruzamento dos níveis com as dimensões

	Física	Mental	Moral
Tático			
Operacional			
Estratégico			

Fonte: LIND E THIELE (2015)

Por exemplo, uma comparação de matar o inimigo com capturá-lo. Segundo Lind e Thiele (2015), matar o inimigo fisicamente reduz a ameaça, mentalmente faz com que potenciais inimigos tenham medo da tropa regular. Porém, moralmente faz com que os contra insurgentes sejam vistos como *bullies* e, que parentes dos mortos motivem-se a lutar por vingança. No nível tático representa uma vitória, oferece pouco atrito no nível operacional. No entanto trabalha contra a força regular no nível estratégico, uma vez que cada combate é um escalamento que diminui a ordem que a força estatal está tentando restaurar. Tendo em vista que um nível mais alto domina o mais baixo, matar o inimigo traz consequências negativas. Em contrapartida, capturar o inimigo, na dimensão física é mais complicado que matar o inimigo. Mentalmente o oponente pode não ficar amedrontado com a força regular, consequentemente menos eficiente na dimensão mental. Porém, moralmente trabalha em favor da tropa, uma vez que faz com que ela seja vista como piedosa. No nível tático, a captura é uma vitória assim como a morte do inimigo, operacionalmente, também oferece pouco atrito. Sendo muito positivo no nível estratégico, tendo em vista que prisioneiros são peças úteis na barganha por negócios desescalatórios.

Outro exemplo é a decisão de instalar bases militares no meio da área de operações. Segundo Lind e Thiele (2015), fisicamente o risco para a tropa aumenta. Mentalmente, a força regular fica mais apreensiva, porém o povo tem menos medo da tropa, uma vez que a população conhecerá os militares. Moralmente é imensamente positivo, tendo em vista que a força de contra insurgência estará protegendo o povo ao invés de viver em isolamento para proteger ela própria. No nível tático, a tropa pode sofrer mais baixas que infligir a fim de desescalar a violência, o que implica uma demanda de autodisciplina por parte da tropa. Operacionalmente é positivo, uma vez que instaurando a ordem no local, é seguida a intenção do comandante. Estrategicamente, a propagação de ordem é o que leva ao cumprimento da missão.

3 REFERENCIAL METODOLÓGICO

3.1 TIPOS DE PESQUISA

Foi realizada uma pesquisa exploratória de viés qualitativo a fim de analisar campanhas militares em uma guerra de 4ª geração, de modo a identificar as características de uma guerra irregular, bem como elencar os fatores que devem ser empregados pela força regular, para que esta alcance a vitória neste tipo de guerra.

3.2 MÉTODOS

O método utilizado foi o indutivo. De modo que através de uma pesquisa bibliográfica e um estudo de caso, houve uma coleta de dados, análise e agrupamento destes, para por fim, induzir à correta doutrina militar a ser empregada em uma operação contra forças irregulares.

3.2.1 Pesquisa bibliográfica

Houve uma pesquisa bibliográfica visando a aquisição de dados. Sendo realizada a pesquisa em livros, artigos científicos, manuais do Exército Brasileiro, Ministério da Defesa e do Corpo de Fuzileiros Navais dos Estados Unidos, além de artigos publicados em sites da internet voltados ao tema.

3.2.2 Estudo de caso

Foi realizado um estudo de caso referente à Emergência Malaia, conflito armado inserido em um contexto de guerra de 4ª geração, em que houve uma indiscutível vitória da força regular. O intuito foi produzir informações via um exemplo prático de guerra irregular, com enfoque nas peculiaridades desta guerra e nas medidas adotadas pela tropa britânica, força regular em questão.

4 ESTUDO DE CASO

A Malásia é um país formado por uma península de aproximadamente 330 km² no sudeste asiático, a qual possui uma pequena fronteira com a Tailândia. Os habitantes malaios da península originalmente emigraram da Melanésia, ocupando as planícies litorâneas e empurrando os aborígenes para dentro da selva. Quando os britânicos estabeleceram-se na Malásia no final do século XVIII, levaram consigo imigrantes chineses para trabalhar nas minas de estanho e plantações voltadas para a extração de borracha. No final dos anos 1940, a população da Malásia era composta por 5.3 milhões de pessoas, incluindo 49% de malaios, 38% de chineses, 11% de indianos e um pouco mais de 1% de aborígenes. Havia também por volta de 12.000 europeus, a maioria proprietários de plantações de borracha e minas de estanho. Dentre povo de origem chinesa que vivia na Malásia, havia um grande conflito étnico no país, principalmente entre a maioria malaia e os chineses, com estes recusando ser governados pelos malaios. (NAGL, 2002).

Relativo ao Partido Comunista Malaio (MCP), sua história é quase que inteiramente chinesa. Ele foi formado em 1930 pelos remanescentes dos chineses do Partido Comunista dos Mares do Sul. Com o avanço japonês na segunda guerra mundial, foi criada uma força de guerrilha pelo povo chinês na Malásia, com o apoio britânico, sendo o Exército Anti-japonês do Povo Malaio (MPAJA), que possuía uma força de 7000 homens. A atuação do MPAJA teve pouco foco na ocupação japonesa e controle da Malásia, focando em construir ela própria para uma vitória contra os britânicos após a segunda guerra mundial. (NAGL, 2002).

O súbito fim da segunda guerra mundial deixou o Exército Japonês derrotado na Malásia e o MPAJA como a mais coerente organização do país. Aproveitando-se disso, os comunistas, os quais eram de origem chinesa, imediatamente espalharam por todo o país o rumor de que eles eram os responsáveis pela vitória sobre as forças japonesas no país. O que desagradou as outras etnias, de modo a fazer os chineses extremamente impopulares, uma vez que o povo de origem malaia cooperou largamente com os ocupantes japoneses. Aumentando as tensões étnicas que já existiam. Quando as forças britânicas retomaram o controle da Malásia, encontraram o país muito diferente de quando o perdeu para os japoneses. Havia uma realidade de protestos, violência racial, ataques do MPAJA à bases policiais, fatos que causavam diversas mortes e incitava o conflito étnico. Diante destes problemas, após uma série de negociações entre os britânicos e o MPAJA, este último decidiu entregar suas armas, encerrando suas atividades. (NAGL, 2002).

Segundo Nagl (2002), a decisão britânica de criar a União Malaia em 1946 sofreu oposição de praticamente toda a população de origem malaia do país. Uma vez que estes eram violentamente contra dar às minorias chinesas e indianas direitos iguais, de modo que a lei e a ordem foi quebrada quase que imediatamente. Então, o Partido Comunista Malaio aproveitou-se da tensão racial e a política do momento para reviver e adaptar sua organização, formando o Exército Anti-Britânico do Povo Malaio (MPABA), operando através de assassinatos e incêndios. Com o caos instaurado, o governo britânico no país decretou em 1948 estado de emergência. Assim foi feito, pois caso fosse declarado uma guerra contra a força comunista, os donos de plantações de borracha e donos de minas de estanho não receberiam indenizações por parte de seguradoras em caso de danos às suas propriedades. O objetivo final britânico ao vencer a emergência era garantir um futuro estável à Malásia, sendo este país independente, livre da presença comunista, multiétnica e como membro da Comunidade Britânica de Nações.

O Partido Comunista Malaio tinha a intenção de usar o exemplo do Partido Comunista Chinês de Mao Tsé Tung, para derrotar o desejo britânico de manter o controle da colônia, através de uma prolongada guerra de insurgência. Eles acreditavam que uma campanha de terror e violência contra minas e propriedades iria forçar os proprietários europeus a desertar. Esperando que sem a entrada de dinheiro a partir destas fontes de renda, o governo britânico iria cansar das operações de contra insurgência, passando o país para o controle comunista. O braço armado do Partido Comunista Malaio mudou de nome, com a intenção em vão de receber o apoio das outras etnias do país, passando a ser denominado como Exército de Liberação das Raças Malaias (MRLA). O MRLA era composto por 3000 guerrilheiros na selva e 7000 no corpo de autoproteção fora da selva, tendo seu objetivo remodelado para garantir o suporte das aldeias chinesas. O MRLA operava através do terror, para encorajar a partida do europeus via sabotagem do equipamento de mineração, corte de árvores de produção de borracha, assassinato de donos de plantações e de minas. (NAGL, 2002).

De acordo com Nagl (2002), em um primeiro momento as forças britânicas não compreenderam a realidade da guerra a qual estavam inseridos. De modo que suas operações aconteciam segundo os padrões de guerra convencional, frescos na memória em decorrência das operações da segunda guerra mundial. Neste momento as operações ocorriam por meio de varreduras na selva na busca das forças comunistas, com o uso de grande efetivos e grande poder de fogo, empregando ações típicas da 2ª geração da guerra moderna. No entanto, as forças guerrilheiras sempre negavam o combate à força britânica, fugindo ao sinal da chegada das forças regulares. Somente após sucessivas operações de resultados insignificantes por

parte das forças britânicas, os britânicos buscaram compreender as peculiaridades da guerra em questão e as características que levaram ao seu surgimento. Logo, foi compreendida a importância da população local, em especial da minoria chinesa. Pois, os guerrilheiros comunistas recebiam todo o seu suporte de suprimentos e informações dos habitantes de origem chinesa. Sendo assim, a força britânica atualizou sua doutrina.

Sabendo da importância do povo, os britânicos montaram um plano focado na necessidade de separar os insurgentes da sua fonte de suprimentos e recrutamento, devendo este ser executado de área em área. O plano foi dividido em 4 princípios: dominar as áreas povoadas e construir um completo sentimento de segurança nelas, com o objetivo de obter um fluxo estável e constante de informações de todas as fontes, uma vez que o povo só dá informações quando sente-se seguro; quebrar a força comunista dentro das áreas povoadas; isolar os guerrilheiros de sua fonte de suprimentos e informações dentro das áreas povoadas, atendendo ao princípio de uma operação de contra insurgência do isolamento da força irregular e; destruir os insurgentes por forçar-lhes a atacar a força regular aos moldes desejados por esta. Além disso, foi estabelecido como prioridade ganhar o suporte da população ao invés de derrotar os insurgentes pela força das armas, uma vez que a população é o cerne do ciclo das dimensões. Sendo assim, para a conquista do apoio da população, as operações propriamente militares são secundárias se comparadas às de tipo polícia. Além disso, as forças militares foram instruídas a estabelecer suas bases nas áreas povoadas, para desta maneira garantir uma coordenação cerrada com o povo. Pois assim, seria possível uma integração do povo com a força regular e por sua vez uma empatia entre eles. (NAGL, 2002).

O real problema na Emergência Malaia era convencer a população de origem chinesa que o seu futuro ideal era em uma Malásia independente ao invés de subordinada aos comunistas chineses. Logo, a falha em convencê-los desta ideia resultava na continuação de seu suporte ao Partido Comunista Malaio. Ademais, a população ordinária de origem chinesa geralmente não dava informações à tropa regular por medo de represálias por parte dos guerrilheiros. Sendo necessário a segurança do povo para que este não temesse dar informações. Deste modo, a fim de garantir segurança à população de origem chinesa e fazer com que esta ficasse alinhada com a tropa de contra insurgência, a força regular recrutou chineses para trabalhar como polícia auxiliar. Com isso, a população de origem chinesa poderia participar dos esforços de segurança, por sua vez defendendo sua área de responsabilidade da atuação guerrilheira. Desta forma, a polícia auxiliar pôde fazer parte das operações contra força irregular e compartilhar o sentimento antiguerrilha. (NAGL, 2002).

No entanto, segundo Nagl (2002), a população de um modo geral ainda se recusava dar informações à força regular, especialmente devido ao medo, fazendo com que a tropa britânica não tivesse pleno conhecimento das atividades dos guerrilheiros e seu paradeiro. A resposta para isso foi a criação de “Novas Aldeias”. Estas eram assentamentos para a população de origem chinesa, que eram protegidos por correntes e cercas de arame farpado, iluminados por refletores e patrulhados pela Polícia Auxiliar Chinesa. Assim, isolando a guerrilha da população ordinária. Além dos aspectos relativos à segurança, as “Novas Aldeias” possuíam escolas, postos médicos e centros comunitários. De modo a dar assistência a seus habitantes, a fim de suprir as demandas populacionais, atendendo ao princípio da aplicação de políticas públicas de prestação de serviços essenciais ao povo. Por sua vez, impedindo a atração destes habitantes para com a guerrilha. Ao final de 1951, 400.000 cidadãos de origem chinesa foram assentados em mais de 400 “Novas Aldeias”. Deste modo, a guerrilha não tinha mais condições de mover-se no meio do povo. Ademais, visando vencer o fator medo, o qual impedia boa parte da população de dar relatos sobre a atividade guerrilheira, foram instaladas em vários pontos de inúmeras aldeias urnas de denúncia. Nestas, o indivíduo podia fazer denúncias de forma anônima, por sua vez mantendo o sigilo ao passar informações, extinguindo-se o medo de represálias.

Apesar de avançar no combate à guerrilha, o país continuava deficiente no campo político. Faltavam líderes políticos com experiência política real e, com exceção do Partido Comunista Malaio, não havia um partido político organizado, responsável e com um programa político coerente. Sendo assim, era necessário um avanço social através de uma educação política para, deste modo, ser alcançado uma independência segura. Para isso, era essencial a união de todas as raças e classes em um esforço comum pela criação de um sentimento de lealdade e unidade. Este sentimento foi desenvolvido na forma do Partido da Aliança, representados na figura da união da Organização Nacional da Malásia Unida e da Associação dos Chineses-Malaios. Assim, atuando segundo o princípio de prover uma perspectiva crível de futuro para o povo, por sua vez obtendo grande sucesso eleitoral. Decorrente do fato de ter alcançado o objetivo britânico de uma sociedade multiétnica, a aliança permitiu uma maior transferência de poder para a população local. Desta forma, transformando a visão acerca da emergência de uma “guerra colonial em que o povo poderia ter unido forças para combater um governo estrangeiro” para uma “luta pela independência em que o governo colonial tornou-se acessório para a nação emergente”. (NAGL, 2002).

De acordo com Nagl (2002), sabendo da preferência em prender o inimigo em relação a matar, a força de contra insurgência estabeleceu o programa de recompensas para

guerrilheiros que se rendessem. Após a rendição, o rendido recebia uma recompensa pecuniária. Em troca, este fornecia informações que guiavam patrulhas até a força guerrilheira. Após um êxito obtido através da informação, o elemento rendido recebia uma recompensa ainda maior do que a que já tinha ganho. Deste modo, o dinheiro mostrou-se como uma grande arma neste exemplo de guerra de 4ª geração, uma vez que o programa de recompensas teve grande sucesso, atraindo uma infinidade de guerrilheiros. Em uma ocasião, Ah Kuk, um líder comunista, foi morto por 3 ex-guerrilheiros que faziam parte de sua célula guerrilheira, os quais leram em um panfleto sobre a recompensa por informações que levassem à captura ou morte daquele líder. Ah Kuk foi decapitado e teve sua cabeça levada à força regular.

A propaganda demonstrou ser de grande valia para a conquista da população local. Jornais, filmes e transmissões em rádio foram produzidas e compartilhadas nas aldeias, obtendo um grande impacto a favor das forças britânicas. Além disso, ex-guerrilheiros eram conduzidos para falar com a população sobre a vida que levavam durante os tempo de guerrilha e as razões que os levaram a mudar de lado. Ademais, panfletos e aeronaves com alto falantes eram utilizados de forma direcionada a terroristas específicos, a partir de informações obtidas através de rendidos do programa de recompensas. Certa vez, um panfleto foi direcionado a uma guerrilheira, Lim Yook Kee, que estava grávida, em que era mostrado a foto de um bebê em uma maternidade do governo, com a frase “Quão seguro e confortável está esse bebê na maternidade. Parabéns pela gravidez! Para sua própria segurança e especialmente e do seu bebê, que chegará em breve, saia de uma vez, renove-se e tenha sua criança de forma segura em uma maternidade”. O uso de panfletos foi extremamente eficaz no processo de levar guerrilheiros à rendição, de modo que qualquer guerrilheiro com a posse de um exemplar sofria pena de morte pela guerrilha. Ademais, aeronaves com alto falantes eram usadas para sobrevoar áreas específicas, que através de informações de rendidos, era de conhecimento possuir atividade da guerrilha. Mensagens de voz eram gravadas por ex-guerrilheiros insistindo que seus camaradas buscassem a rendição. (NAGL, 2002).

De acordo com Nagl (2002), no campo tático, as operações britânicas foram desenvolvidas em 3 fases, as quais eram desenvolvidas de aldeia em aldeia. Sendo que, no momento de atuação na dimensão física, a tropa britânica deixou de empregar grandes efetivos em operação, passando a utilizar pequenas frações. Por sua vez, seguindo o princípio de equiparação à força irregular. Na primeira fase, que durava de 2 à 6 meses, a força regular buscava infiltrar-se na organização de suporte da força irregular de uma única aldeia ou distrito. As atividades militares eram congeladas nessas áreas, ao passo que patrulhas e

emboscadas eram direcionadas às aldeias que não tinham sido infiltradas pela força de contra insurgência. Deste modo, elementos da guerrilha eram deslocados para a área com as operações militares congeladas, as quais tinham sido infiltradas. Paralelo a isso, a administração civil realizava medidas de apoio à população local, para conquistá-la. Na segunda fase, que durava de 3 à 5 meses depois da infiltração, era realizado um estrito racionamento de comida. Ao passo que eram realizadas buscas de casa em casa para acabar com lojas de comida e prender membros conhecidos da organização comunista que não tinha sido penetrada pela força regular. A força britânica informava ao povo que as restrições iriam acabar quando os guerrilheiros fossem capturados, de forma a incentivar a população a dar mais informações. Na terceira fase, a qual começava quando a pressão tinha levado a força guerrilheira ao colapso, elementos da força regular, disfarçados de guerrilheiros, usando ex-guerrilheiros do programa de recompensas como guias, rastreavam as altas formações da guerrilha. Para assim, enganá-los e levá-los a uma armadilha em que os insurgentes eram presos ou eliminados. Estas operações demonstraram enorme sucesso e, conduziram à força guerrilheira ao desmantelamento.

Após o desmantelamento da força guerrilheira, eleições foram realizadas na Malásia, em que Tunku Abdul Rahman do Partido da Aliança foi eleito chefe de governo da Federação Malaia, sendo dada independência ao país pelo governo britânico em 31 de agosto de 1957. A insurgência foi declarada extinta oficialmente em 31 de julho de 1960. (NAGL, 2002).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na 4ª geração, geração da guerra moderna que prevaleceu no pós segunda guerra mundial, os Estados na grande maioria das vezes foram derrotados em consequência do seu próprio demérito. Incapazes de compreender as peculiaridades da guerra que estavam travando, de modo a adaptar-se a ela, forças regulares empregaram doutrinas militares ultrapassadas, as quais não se encaixavam com a guerra em questão. Fazendo uso maciço do atrito, poder de fogo e de tropas emmassadas, ganharam a maioria dos combates travados contra a força irregular, típicos da dimensão física da guerra. No entanto, não obtiveram a vitória final, uma vez que na guerra de 4ª geração a dimensão humana é a dimensão preponderante e não a física. Sendo assim, a força estatal deve ter plena compreensão das características da guerra de 4ª geração e dos fatores de êxito das operações contra forças irregulares, para deste modo vencer a guerra.

O surgimento de uma força irregular ocorre pela tomada do poder em determinada área devido à ausência estatal e a incapacidade deste em prover as necessidades básicas à população local, sendo a pobreza, a miséria e a desigualdade social catalisadores deste surgimento. Deste modo não há solução puramente militar para uma guerra irregular, uma vez que a ausência de poder estatal e a necessidades de assistência da população persistirá. Além disso, as forças armadas são incapazes de restaurar a legitimidade estatal por ela mesma, de forma que o insurgente continue tendo um terreno fértil para atuar. Sendo assim, além do viés militar, o Estado deve atuar de modo a remover as condições econômicas e sociais precárias que levaram à gênese da força insurgente. Ademais, deve-se exaltar as capacidades dos líderes locais, a fim de implicitamente influenciá-los a guiar o povo a favor do Estado.

Sendo assim, o 1º fator de êxito da tropa regular em uma guerra irregular é compreender precisamente qual guerra está sendo travada, através da identificação das características específicas que conduziram àquela guerra. Para deste modo desenvolver suas operações seguindo as particularidades da guerra em questão, estando aberto a eventuais necessidades de adaptação da doutrina militar.

O 2º fator de êxito consiste em realizar uma análise geoestratégica junto a uma análise histórica da área de operações, para ser possível a partir disso prever a provável linha de ação a ser tomada pelo inimigo.

Para a vitória, a força de contra insurgência deve ter plena ciência do modo de atuação e dos pilares da força irregular. Esta última opera por meio de um grupo de combate pequeno, com grande mobilidade, flexível e que é proporcionado, abrigado e sustentado pelo povo.

Além disso, ela evita um conflito direto de larga escala contra as forças estatais, uma vez que a força regular é superior na dimensão física. Deste modo, a força irregular busca combater em seus próprios termos, o qual implica conhecer a posição do oponente e sua força, ter o elemento surpresa ao seu lado e, ter a iniciativa das ações, empregando a emboscada como modo de ataque preferido. Em relação às operações de ataque, os insurgentes tem por objetivo desestabilizar o inimigo, colocar seus recursos sob tensão através de uma série contínua de pequenos ataques em um longo período. Para, desta forma, enfraquecer o inimigo materialmente, forçá-lo a concentrar-se em sua própria proteção e corroer sua determinação. Além disso, a força irregular segue 3 princípios básicos: a propaganda da ação; a estratégia da provocação; a degradação da capacidade governamental de governar.

Diante dos pilares da força irregular, o 3º fator de êxito consiste no fato da tropa de contra insurgência realizar suas operações contra forças irregulares segundo 3 princípios: o isolamento da força irregular, a equiparação da força regular à irregular e o provimento, por parte do governo estabelecido, de uma perspectiva crível para o futuro para o seu povo. Relativo ao primeiro princípio, a força irregular deve ser isolada tanto quanto à localização geográfica quanto ao povo dentro dela, especialmente daqueles que possam dar cobertura a ela. Tal isolamento deve ocorrer não apenas fisicamente, mas ao ponto de que o povo recuse a dar-lhe suporte e passe a dar informações relativas ao inimigo à força regular. Para que assim, seja possível atacar os insurgentes de forma cirúrgica e com mínimos efeitos colaterais. No caso da Emergência Malaia, o isolamento foi possível a partir da criação das “Novas Aldeias”, as quais isolavam o povo do assédio guerrilheiro e davam proteção a seus habitantes. Em relação ao segundo, a força regular deve ser equiparada à irregular, para que a primeira não caia na estratégia da provocação da segunda. Por último, o governo estabelecido deve prover ao povo uma perspectiva crível para o futuro, uma vez que apenas crendo que o Estado possa prover uma perene condição de vida boa, o cidadão ordinário irá dar apoio à força irregular.

Como 4º fator de êxito, a força de contra insurgência deve atuar em todas as 3 dimensões da guerra, tendo ciência de que estas são interligadas e formam um ciclo. De modo que ações a serem executadas em uma dimensão devem ocorrer de forma a não comprometer as outras dimensões, o que traria prejuízos para ela própria em decorrência deste ciclo. A tropa regular deve atuar na dimensão humana, de modo a conquistar o apoio da população; atuar na dimensão informacional, com enfoque nas informações fornecidas pelo povo via êxitos na dimensão humana, de forma a vencer a guerra informacional; e por fim atuar na dimensão física por meio de operações militares cirúrgicas, possíveis apenas através de

informações por parte da população sobre o inimigo, para dessa forma eliminar gradualmente o insurgente, com o mínimo efeito colateral. Com isso, será possível extinguir o assédio da força irregular à população, o que fará com que o povo seja mais suscetível a apoiar a tropa legalista, que por sua vez fornecerá mais informações sobre o inimigo. Desta forma, será possível mais operações precisas de eliminação do elemento irregular.

Na dimensão humana, as operações de contra insurgência devem ser voltadas a conquista da empatia do povo e seu consequente apoio. Para isso, a tropa deve regular deve integrar-se com a população da área afetada, passando a imagem de representar o bem e de ser a solução para os problemas e os anseios do povo. Na busca pela empatia do povo, a tropa regular deve ter pleno conhecimento cultural da população local, representados no conhecimento histórico, costumes sociais e religiosos, valores e tradições. Para a integração com o povo, a tropa deve aquartelar-se nos bairros da área de operações, uma vez que isto fará com que a tropa será conhecida pelo povo e o povo pela tropa. Sendo assim, será possível gerar uma aproximação entre os dois, de forma que a tropa proteja o povo e o povo proteja a tropa.

Na dimensão informacional, deve-se vencer a guerra da informação e por sua vez ser capaz de prever as linhas de ação a serem tomadas pelo inimigo. Para tal vitória, a tropa regular deve adentrar ao ciclo OODA inimigo. Já que o ciclo OODA explica as ações e reações, bem como de que maneira os outros, seja o adversário, o aliado ou o expectador, opera. Além disso o dinheiro tem uma importância crucial nas operações contra forças irregulares. Já que a força irregular surge do vazio de poder estatal e ausência da prestação de serviços essenciais a população local, o dinheiro permitirá a construção de uma infraestrutura de prestação de serviços que suprirá a necessidade local. Deste modo, será possível motivar o povo a apoiar a força legal. Ademais, o dinheiro pode ser usado em um programa de recompensas para que insurgentes rendam-se e passem a dar informações sobre a força irregular. Um exemplo bastante eficaz é o do sistema de recompensas empregado durante a Emergência Malaia pela força britânica.

Na dimensão física, as operações devem ser empregadas o mais rápido possível, tendo em vista que o povo apenas irá tornar-se uma fonte de informações quando estiver sentindo-se seguro. Taticamente, as ações da força de contra insurgência devem ocorrer segundo o princípio da equiparação da força regular à irregular, de modo a não jogar o jogo do insurgente de estratégia da provocação. Deste modo, operando sempre voltados para à legitimidade. Além disso, as operações da força regular devem ser baseadas na proporcionalidade, uma vez que uma ação de força excessiva executada pelo Estado, pode

fazê-lo ser visto como agressor. Ademais, a população local não irá dar apoio a uma força externa que aumente a violência ao seu redor, portanto a chave para o sucesso nas operações contra forças irregulares está em desescalar a guerra. Sendo assim, a força regular deve ser de Infantaria Leve, uma vez que esta evita a imagem de agressor que poderia vir caso ocorra o uso do blindado. A Infantaria Leve ainda opera com menos riscos de efeito colateral e o infante pode mostrar sua feição humanizada à população civil.

Além disso, na dimensão física, a tropa regular deve buscar desescalar a guerra, atuando prioritariamente nos moldes policiais em relação ao molde militar, uma vez que o policial busca não escalar a violência, enquanto que o soldado busca escalar a violência quando não consegue um êxito. Sendo assim, faz-se necessário uma equipe tipo SWAT, para que quando for necessário um escalamento da violência no nível tático para um ganho no operacional e estratégico, seja executado o mais rápido e mais eficientemente possível. Desta forma, evitando chamar grande atenção para o fato.

Ademais, na guerra de 4ª geração, aspectos não atinentes ao espectro militar demonstram ser de grande relevância. As ONGs detêm a capacidade de influenciar na opinião pública, tendo em vista que elas têm contato cerrado com a população de área afetadas, podendo conquistá-la em consequência do seu assistencialismo. Além disso, certas ONGs possuem uma credibilidade em nível global, moldando a opinião pública além da área afetada, podendo, decorrente disso, alterar a balança da guerra. Aliado a isso, a imprensa demonstrou ser onipresente, ao passo que as mídias sociais demonstraram deter a capacidade de compartilhamento de notícias instantaneamente, irrestritamente e em nível global. Levando a um achatamento dos níveis decisórios. Deste modo, ações realizadas por um soldado em uma operação possuem reflexos que podem impactar no nível estratégico e no nível político. Sendo assim, a tropa regular deve operar na dimensão física seguindo uma conduta moral impecável, a fim de não trazer consequências negativas que podem colocar em risco o sucesso da operação.

O 5º e último fator consiste no fato de que antes de tomar decisões, faz-se necessário que os decisores façam um cruzamento dos níveis de planejamento, sendo o tático, operacional e o estratégico, com as dimensões da guerra, sendo a física, a mental e a moral. Desta forma, analisando os possíveis efeitos em cada uma das nove combinações, conforme demonstrado no referencial teórico. Assim, será possível evitar desarmonias entre as dimensões e os níveis, evitando por sua vez consequências indesejáveis no desenrolar das operações.

Portanto, para encerrar a presente monografia podemos concluir que, para vencer um guerra de 4ª geração, a força de contra insurgência deve ter plena ciência das características da guerra irregular, dos princípios da força insurgente e dos fatores de êxito que devem ser empregados ao longo das operações, conforme apresentado na solução da proposta.

Ainda, como forma de aperfeiçoar a doutrina militar em uma guerra de 4ª geração, sugere-se uma compilação de dados acerca de exemplos de guerra irregular que ocorreram mais recentemente. Visando assim, reunir uma maior quantidade de informações sobre os impactos da realidade atual na guerra.

REFERÊNCIAS

BLABER, Pete. **The Mission, the Men, and Me**: lessons from a former delta force commander. [s.i.]: Dutton Caliber, 2010. 338 p.

BOYD, John R. Discourse on winning and losing. **Air University Press**, Alabama, p. 1-400, mar. 2018.

_____, _____. Patterns of conflict. **Defense and The National Interest**, Atlanta, v. 152, p. 1-197, jan. 2007.

_____, _____. The Essence of Winning and Losing. **Defense and The National Interest**, Bluffton, p. 1-6, 2012.

BRASIL. Exército Brasileiro. **EB20-MC-10.211: Manual de Processo de Planejamento e Condução das Operações Terrestres**. 1ª Edição. Brasília, DF, 2014.

_____. _____. **EB20-MC-10.213: Operações de Informação**. 1ª Edição. Brasília, DF, 2014.

_____. _____. **EB20-MC-10.223: Operações**. 5ª Edição. Brasília, DF, 2017.

_____. Ministério da Defesa. **MD51-M-04: Doutrina Militar Terrestre**. 2ª Edição. Brasília, DF, 2007.

CARNEGIE, Dale. **Como fazer amigos e influenciar pessoas**. [s.i.]: Sextante, 2019. 285 p.

JAROSZEWSKI, Rodrigo. **O Ciclo OODA**. 2014. Disponível em: <https://rodrigolj.wordpress.com/2017/03/06/o-ciclo-ooda/>. Acesso em: 20 maio 2020.

LIND, William S.; THIELE, Gregory. **4th Generation Warfare Handbook**. [s.i.]: Castalia House, 2015. 117 p.

LIND, William S.. **Understanding Fourth Generation War**. 2004. Disponível em: <https://original.antiwar.com/lind/2004/01/15/understanding-fourth-generation-war/>. Acesso em: 17 abr. 2020.

NAGL, John. **Counterinsurgency Lessons from Malaya and Vietnam**: learning to eat soup with a knife: counter insurgency lessons from malaya and vietnam. [s.i.]: Praeger, 2002. 272 p.

PENA, Rodolfo F. Alves. "**Era da Informação**"; *Brasil Escola*. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/geografia/era-informacao.htm>. Acesso em 06 de junho de 2020.

SMITH, Rupert. **The Utility of Force**. [s.i.]: Vintage, 2007. 450 p.

UNITED STATES OF AMERICA. Department of the Navy. **MCDP-1: Warfighting**. Washington, D.C., 1997.

VAN DIJK, Wilco W.; VAN KONINGSBRUGGEN, Guido M.; OUWERKERK, Jaap W.; WESSELING, Yoka M. Self-esteem, self-affirmation, and schadenfreude. **Emotion**, [s.i.], v. 11, n. 6, p. 1445-1449, 2011. American Psychological Association (APA).

VISACRO, Alessandro. **A Guerra na Era da Informação**. Editora Contexto. 2018.

_____, _____. **Guerra Irregular. Terrorismo, guerrilha e movimentos de resistência ao longo da história**. Editora Contexto. 2009.